

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO: ELEMENTOS NECESSÁRIOS FRENTE AOS DESAFIOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL**

**LEONARDO KOURY MARTINS<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente ensaio pretende dialogar sobre os desafios do trabalho de assistentes sociais a partir da comunicação enquanto um direito humano e como o ato de se comunicar torna-se elemento considerável para o enfrentamento ao amplo deserto gerado via estruturas privadas deste setor. As notícias falsas e a massificação da desinformação tem ampliado as mazelas da vida da classe trabalhadora no Brasil.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Comunicação, Fundamentos, Trabalho Profissional

### **RESUMEN**

Este ensayo pretende discutir los desafíos del trabajo de los trabajadores sociales basados en la comunicación como derecho humano y cómo el acto de comunicar se convierte en un elemento considerable para enfrentar el amplio desierto generado a través de las estructuras privadas en este sector. Las noticias falsas y la proliferación masiva de información errónea han amplificado los males de la vida de la clase trabajadora en Brasil.

**Palabra claves:** Trabajo Social, Comunicación, Fundamentos, Trabajo Profesional.

### **Introdução**

O ato de se comunicar e a relação cotidiana do trabalho profissional de assistentes sociais são indissociáveis. A comunicação não é apenas um método, mas parte do processo que constitui os diversos elementos de intervenção do Serviço Social nos diversos espaços que a profissão atua. Assim como em outras profissões, a comunicação determina a imagem social e possibilita à

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

atuação profissional desenhos que a caracterizam em como essa profissão será percebida na sociedade.

O desafio apresentado neste ensaio, que não por acaso procura estabelecer no materialismo dialético desenvolvido a partir da teoria social crítica em Marx, tem como propósito dialogar sobre a distância ainda presente na articulação entre o trabalho profissional de assistentes sociais, o projeto profissional do Serviço Social e o projeto de sociedade enquanto espiral e como a comunicação está implicada enquanto estratégia para a aproximação e fator ideopolítico necessário para uma atuação crítica.

É fundamental afirmar que as entidades representativas da profissão sustentam como imagem pública caracterizações de um projeto ético político a partir da fundamentação crítica, que tem como princípios os ideais emancipatórios cujo estão alinhados com lutas construídas a partir dos movimentos sociais que procuram fortalecer a constituição de um projeto societário contra hegemônico à ordem capitalista (PAULA, 2021).

Por sua vez, tem sido desafiador construir o projeto profissional crítico a partir de uma imagem profissional que ainda tem reflexos da gênese da profissão e essa imagem atravessa o trabalho de assistentes sociais no cotidiano. Compreender como essa atuação da categoria contribui para este projeto profissional crítico e como esta imagem fortalece ou não as tensões presentes na vida social frente aos fundamentos da profissão que em sua gênese constitui de uma imagem contrária ao projeto profissional crítico na atualidade tem se tornado um compromisso das entidades representativas do Serviço Social. Esse cenário tem como referência os inúmeros desafios para tecer tais articulações e encaixes práticos, teóricos e ideopolíticos. (PAULA, 2021)

Nos últimos anos o bombardeio de notícias falsas e o incentivo midiático à meritocracia tem dificultado o acesso aos direitos sociais para grande parte da população. Não por acaso, questões presentes como a imunização, o direito à saúde e o negacionismo científico, como exemplo, se somam aos esforços realizados por assistentes sociais no diálogo da população atendida no cotidiano. O estudo realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nomeado como Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil reafirmam esse cenário e aponta os desafios relacionados à participação de assistentes sociais no campo das lutas gerais da classe trabalhadora e como tem sido o impacto no atendimento da população na ausência do acesso à informação. O direito à comunicação está implicado no contexto do

crescimento do neoconservadorismo e dos ataques do capital no campo da formação e do trabalho no país. (CFESS, 2024)

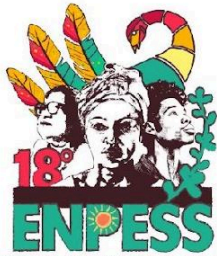
Assim, faz-se necessário apresentar a comunicação como um dos elementos estratégico no diálogo das e dos assistentes sociais. A comunicação enquanto um direito social e o acesso à informação no seu desdobramento permeia a dimensão da totalidade da atuação profissional. O trabalho das e dos assistentes sociais na compreensão do ato de comunicar individualmente ou em pequenos grupos tem forte influência no que é apresentado como imagem profissional à sociedade.

Porém a organização da comunicação enquanto política e prática organizativa é um processo de disputa entre projetos e precisa ser percebido uma vez que as demandas e requisições estão na indissociabilidade da relação capital trabalho. O que se dialoga em bares, igrejas ou na praça da cidade é parte do que se “apreende” através dos meios de comunicação de massa e se encontra à revelia de regulamentação ou controle estatal. A comunicação enquanto um direito no Brasil, sequer tem instâncias de controle social, regularidade fiscal ou espaços de participação. (ESPÍNDOLA, 2009)

Portanto o artigo terá como determinação teórica a leitura da crítica sobre o ato de se comunicar, o direito à comunicação e a articulação entre os projetos presentes no encontro do Serviço Social na sociedade. A análise a partir do materialismo histórico dialético é a real possibilidade de compreender essas determinações e articular sínteses que possam contribuir para a apresentação de tensões e o fomento de ações políticas que procurem ser contra hegemônicas à ordem capitalista.

Assistentes Sociais em seu cotidiano se comunicam de forma direta ou indireta com a população atendida nos mais diversos espaços de trabalho. A comunicação é parte do processo de trabalho e sua relação com a atuação profissional tende a configurar-se entre desafios e limites concretos do direito à comunicação na vida da classe trabalhadora. Vivemos ainda sob a influência dos aparelhos privados da comunicação de massa cuja finalidade é a produção e reprodução do capital. Esses aparelhos difundem propositalmente o apagar das raízes de toda violência e opressão vivida no tempo presente na ilusão de uma sociedade hipotética baseada na visão imediatista, pragmática, meritocrática, anticientífica e individualista da realidade e por isso, precisamos também apresentar tais contradições.

**Desinformação, notícias falsas e a ascensão da extrema direita: nada por acaso!**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

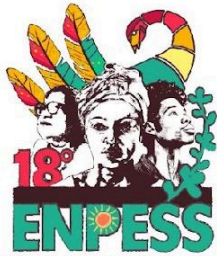
Nos últimos anos tem se tornado nítida a escalada das notícias falsas aliadas ao processo de desinformação no Brasil e no mundo. A tecnologia móvel e a ampliação do uso das redes sociais digitais atravessam o cotidiano da população. Por intermédio das Tecnologias de Informação e Comunicação, as TIC 's, a vida tem sido configurada pela construção de novas bases para a sociabilidade capitalista. O que antes majoritariamente estava determinado através das programações das rádios, jornais, revistas e da televisão, a partir do acesso ampliado da internet e da virtualidade esse modelo de comunicação têm atingido cada vez mais pessoas de forma homogênea em todo o mundo.

Não por acaso, na captura do pragmatismo e do imediatismo como efeitos frente a compreensão de mundo, (DURIGUETTO, PEREIRA, 2021) a desinformação e a ampliação das notícias falsas ampliam um campo escuro que determina o fortalecimento dos interesses burgueses que se articulam a partir do ataque às conquistas democráticas e aos direitos da população. É neste cenário que também se amplia a perseguição aos profissionais da comunicação e o descrédito às informações geradas pela comunicação pública que sofrem pelo sucateamento, aparelhamento e tentativas de privatização.

A partir desse cenário, a atuação profissional de assistentes sociais, assim como de outras trabalhadoras e trabalhadores especialmente no âmbito das políticas sociais tem se tornado desafiador. Porém é importante apresentar a compreensão de que as causas e o desenrolar desse fenômeno não é por mero acaso. Se destaca:

Num contexto de multiplataformas, as pessoas e organizações que alimentam a desinformação e as fake news, principalmente da extrema direita, se utilizam, muitas vezes, do chamado “conteúdo efêmero”, um conteúdo desinformativo que é divulgado em uma mídia social e, na tentativa de burlar a vedação da veiculação em determinada mídia, ele é retirado em pouco tempo, porém já se espalhou em outras redes, o que faz difundi-lo. (CFESS, 2023, p.16)

Se é uma condição necessária para a continuidade do processo de exploração a partir do capitalismo monopolista se articula na produção e reprodução do sistema vigente, o ato em massa de se comunicar a partir dos meios de comunicação apresentam novas determinações como a ampliação de notícias falsas e a massificação da desinformação que escondem o uso privado de um amplo conjunto de recursos provisionados no fundo público. É neste mesmo contorno que não se comunica a resistência dos movimentos que denunciam essa forma de apropriação da riqueza socialmente construída.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

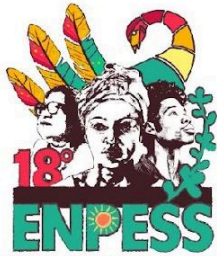
O modelo empresarial de comunicação é o formato hegemônico na construção da informação em grande escala no Brasil e em grande parte do mundo. É importante apresentar que ao tratar do acesso à informação em grande escala, qual consegue em um processo pequeno de tempo chegar a milhões de pessoas a partir dos meios de comunicação existentes, essa amplitude tem sido cada dia mais valorizada pela máquina de interesses do capital. No Brasil, este processo comunicativo não é apenas “em maioria construído pelo interesse privado, mas está vinculado aos pequenos grupos” quase familiares. Podemos caracterizar que os grupos em questão são donos das empresas que se alinham aos interesses das Big Techs internacionais que atuam no domínio da comunicação digital, cujo propósito é o domínio privado do ato de comunicar em massa. (ESPÍNDOLA, 2009, p.23)

Estes grupos de empresas fomentam a proposital articulação entre desinformação e notícias falsas. Por sua vez, a partir do advento tecnológico detém a comercialização dos dados de acesso da população às preferências, localidades e escolhas comunicativas na prática da mineração comunicativa. Nas mesmas redes entre Bigtechs e Rádio Difusão a informação majoritária procura sustentar a sua audiência na justificativa de que a barbárie é uma condição natural. Um exemplo é a estratégia da informação sobre o caso das chacinas em favelas e no campo, alvo característico para relativizar a ética e punir ideologicamente mais uma vez a população negra e pobre por suas precárias condições de vida. Por consequência, no ímpeto da justiça seletiva ampliam a perspectiva de Estado Mínimo e violentam a concepção de direitos humanos.

Esse conjunto entre desinformação e notícias falsas tem sido o alicerce para também atacar o trabalho profissional e fragilizar o conhecimento científico. O descompromisso em massa trazido como efeito do pensamento imediato e do pragmatismo aliado ao quase inexistente tempo de reflexão sobre a realidade social aponta o seguinte cenário:

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional, antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias. (IASI, 2019, p.428)

Não por acaso, no contraponto desse cenário, também ampliam os movimentos sociais que articulam ações no campo da comunicação como pauta política tendo a perspectiva da luta pela democratização dos meios de comunicação porque não é possível em pequena escala apresentar as tensões violentas construídas por essas empresas privadas. Direcionar esforços



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

para superar o modelo de mercado de empresas no Brasil e formar uma ampla rede de comunicação pública tende a contrapor a audiência das ideias reacionárias que em grande escala, a partir dos aparelhos privados têm se multiplicado e permitido efeitos catastróficos na vida da população brasileira.

Não é por acaso que o modelo privado onde articula desinformação e notícias falsas fazem parte de um projeto de escala global no atual estágio do capitalismo. O que desvela livremente a criminalização e a morte de jovens negras e negros; a invisibilidade das pessoas em situação de rua; o genocídio dos povos originários que resistem ao imperialismo; a ampliação da fome; a criminalização dos corpos trans e o aplauso aos crimes cometidos pelo Estado através da ótica do sistema prisional no mundo. Esse modelo não pode ser horizonte para o presente e nem mesmo condutor futuro da sociedade.

### **A ausência da regulamentação das comunicações no Brasil: apenas negócios?**

Ao tratar da Comunicação no Brasil é necessário trazer uma breve retomada temporal sobre o que foi o desenvolvimento do capitalismo no país. A elite nacional a partir do interesse do Estado co-financiou as bases do capital, mesmo que de forma tardia. É a partir do Estado que o modelo industrial se constituiu frente à construção de portos, rodovias, produção minerária e industrial em grande escala. Esse crescimento se apresenta a partir de um pacto entre as oligarquias e a burguesia nacional, sendo:

O ponto básico a se considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semi-colonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos trinta, e que essa indústria não sofreu limitações ou concorrência sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 havia tomado por base essa realidade objetiva. Nos anos cinquenta, a situação mudava. Enquanto a indústria se empenhava em manter altos tipos de câmbio, o que a leva a chocar-se com o setor agrário-exportador, cujos lucros se encontravam assim diminuídos, visto que já não podia oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. (MARINI, 2000, p.116)

Se é a partir do Estado através das empresas públicas e do financiamento público que se constituem as bases para o desenvolvimento capitalista, não é por acaso que se apresenta a construção da política de comunicação do país. Desde o século 19, na organização dos primeiros jornais, rádios e dos demais aparelhos comunicativos os interesses predominantes nessa atividade se apresentam a partir da organização privada, mas com amplo subsídio público.

Os meios de comunicação, como executores e partícipes da superestrutura no capitalismo têm o papel de comunicar para as massas populacionais. É também sua responsabilidade institucional garantir o acesso à informação como provisionado na Constituição Federal, onde se preconiza na programação, a preferência com “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, a “promoção da cultura nacional e regional” e “estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” e “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (BRASIL, 1988).

Porém, o cenário da comunicação no país diverge das diretrizes constitucionais, em que “os sistemas e mercados de comunicação são capitaneados por conglomerados” e por sua vez, a partir do seu “ordenamento prático controlam os principais canais de distribuição de conteúdos midiáticos do Brasil” e na atualidade, o conjunto comunicativo destes meios somam elementos majoritários de informação e desinformação articulados não por acaso. (GÖRGEN, 2017, p. 505)

A orientação instituída pelos meios de comunicação para além do controle exercido por estes conglomerados, que de acordo com Görgen (2017, p.508) exerce papel fundamental na formação de opinião da população brasileira, “com cunho privado-comercial”. O “Estado Democrático de Direitos” no país que se constitui enquanto regulador das concessões públicas dos meios de comunicação, mas no campo do real, tem se apresentado meramente pelo papel executor da concessão de outorgas para a lógica privada. (GÖRGEN, 2017, p.508)

O modelo desenvolvimentista sequer transitou pela implementação e possíveis ampliações de uma comunicação pública, ressalvada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos<sup>1</sup>. É necessário estabelecer que os interesses privados neste setor e sua formação no Brasil tem como característica a manutenção do poder dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, mas pode-se então, se questionar: por que isso ocorre dentro do Estado brasileiro? E como esses interesses determinam a relação do acesso à informação no país?

A Constituição Federal, promulgada em 1988 que temos afirmado a comunicação enquanto um direito para todas as pessoas, esse direito não foi regulamentado em sua totalidade ou mesmo não se há diretrizes mínimas que expliquem como será realizado o acesso à informação dos serviços e políticas públicas no país. Não por acaso, a distância do entendimento do ato de comunicar enquanto um direito impossibilita a perspectiva da realidade mercadológica.

---

<sup>1</sup> A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apesar de exercer um papel importante no âmbito da comunicação, acesso à informação e integração territorial não pode ser caracterizada a partir da compreensão que tratamos como meio de comunicação, porque não tem como propósito a comunicação de informações em massa.

A ausência da implementação de uma política de comunicação não afeta apenas a regulamentação dos meios de comunicação, mas amplia a distância do acesso da população brasileira a este direito. Não há no Brasil um conselho paritário entre governo e sociedade civil para essa política, uma plataforma de conferências ou mesmo uma estrutura de ouvidoria que aproxime o diálogo público sobre a Comunicação.

As caracterizações do modelo empresarial e a oferta privada desse direito também ampliam as tensões entre os movimentos sociais da área da comunicação que apresentam que enquanto não houver a democratização desses meios, não haverá como garantir o acesso à informação pública para a população brasileira. É a partir dessas tensões que a articulação entre desinformação e notícias falsas correlacionam o projeto das elites no domínio comunicativo. As tensões permeiam a seguinte afirmativa frente a este projeto:

Assim, são imprescindíveis a atenção e a luta para que as plataformas fortaleçam as políticas de combate às fake news, especialmente em momentos em que a desinformação pode mudar, por exemplo, processos eleitorais. (CFESS, 2023, p.16)

A transmissão em massa de informação de interesse privado precisa ser percebida como bandeira de luta nos movimentos sociais. Iasi (2019) apresenta como o modelo burguês de comunicação é necessário para o controle da sociedade a partir da superestrutura e por consequência possibilita a produção e reprodução do capital frente a barbárie vivenciada pela classe trabalhadora no país.

Não devemos subestimar o papel de inúmeros aparatos privados de hegemonia da ordem que realizam com sucesso essa mediação entre os valores interiorizados de uma ordem como consciência imediata e os interesses dominantes em luta por sua supremacia. Aqui se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social, como ONGs, fundações etc. (IASI, 2019, p.429)

É nesse caminho, que os movimentos denunciam a ausência de uma política pública de comunicação e como se molda a ótica das elites sobre o domínio dos aparelhos comunicativos ao publicizar a relação indissociável entre estrutura e superestrutura para a manutenção da ordem burguesa. No tempo presente, o projeto de comunicação empresarial não tem o menor receio de conectar desinformação e notícias falsas no intuito de deixar um vazio ocasionado por uma leitura cada vez mais imediata da vida social e a quase completa ausência de crítica que questione a manutenção da ordem posta.



## **Comunicação como pauta das entidades representativas do Serviço Social: lucidez do projeto profissional crítico!**

Na última década, a partir do cenário já apresentado neste texto, a preocupação sobre o avanço das TIC's, a ampliação da desinformação e das notícias falsas, a sobrecarga do trabalho e a precarização das relações éticas e técnicas de assistentes sociais tem levado as entidades representativas do Serviço Social a repensarem não apenas os seus planos de comunicação e a comunicação interna, mas também como os instrumentos e as práticas comunicativas estão sendo construídas no cotidiano do trabalho profissional.

É com essa leitura que entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, denominado como Conjunto CFESS CRESS, tem produzido ricas contribuições que se somam aos desafios referentes a comunicação entre assistentes sociais e a relação da comunicação entre assistentes sociais e a sociedade.

A ABEPSS, no período de comemoração dos seus 75 anos enquanto associação destinada à representação profissional no ensino e pesquisa da profissão, apresentou a partir de diversos encontros e contribuições o documento Política de Comunicação - ABEPSS. O documento tem como objetivo rememorar os caminhos das experiências comunicativas da associação e atualizar as diretrizes dessa ação frente ao ensino e pesquisa no Serviço Social. Destaca a seguinte reflexão apresentada pela entidade:

O Serviço Social brasileiro é atravessado cotidianamente por desafios, que exigem radicalidade crítica e reafirmação dos valores e princípios que alicerçam a profissão. Estamos diante de mais uma grande questão, que exige de pesquisadores, estudantes, docentes e assistentes sociais em geral, a ruptura com interpretações ingênuas e sedutoras. Nossa relação com a comunicação se coloca na contramão de qualquer tipo de ilusão, mas considera e revalida que sem essa articulação nosso horizonte se encurta e nossas possibilidades se restringem. (ABEPSS, 2022, p.38)

Para esse desafio, contam como diretrizes: ampliar a divulgação dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas na área do Serviço Social; fortalecer os espaços de ensino a partir da difusão do conhecimento produzido; fomentar novos acessos às revistas e periódicos da área; promover um diálogo crítico sobre os desafios da comunicação na formação e no trabalho profissional; publicizar as diretrizes curriculares e a sua importância na organização da educação superior entre outras diretrizes. (ABEPSS, 2022)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Também é importante a leitura sobre a atualidade do tema da comunicação frente a construção de um projeto profissional crítico articulado com a luta geral da classe trabalhadora e como o conhecimento promovido no âmbito do Serviço Social pode contribuir com tais questões:

Consolidar uma política de comunicação é um passo fundamental para a Abepss, responde a uma necessidade imperiosa de divulgação acadêmica e científica, mas também, a uma necessidade política de contribuir com a consolidação da democracia e da luta de classes que segue vigente no país. (ABEPSS, 2022, p.50)

É a partir desse diálogo que o Conjunto CFESS-CRESS também referencia a relação entre o Serviço Social e a Comunicação. O documento intitulado como Política Nacional de Comunicação - PNC, em sua 4ª Edição, compreende que aprofundar o debate sobre a comunicação é parte inerente ao conjunto da produção e reprodução da vida social e que o legado crítico e o acúmulo no campo dos fundamentos que norteiam a profissão precisam servir não apenas ao diálogo interno, mas a relação da profissão com a sociedade.

Como ampliação de uma leitura articulada entre a luta de classes, realidade etnico-racial e gênero a 4ª PNC encontrou na representação simbólica da Sankofa<sup>2</sup>, a certeza de que podemos construir no presente os caminhos para o futuro, sem perdermos de vista o que acumulamos coletivamente. Que a comunicação contra-hegemônica ao projeto das elites precisa permitir uma leitura de tempo e história para a projeção dos desafios do presente.

Em atenção a essa realidade e o aprofundamento político que o conjunto CFESS-CRESS tem apresentado a partir da 4ª edição da PNC a necessidade de estar presente nas lutas pela comunicação enquanto um Direito Humano. Estar fortalecendo o campo das lutas dos movimentos sociais e construir coletivamente as estratégias gerais da classe trabalhadora no campo da comunicação como a presença no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil, o FNDC, é parte do fortalecimento do projeto profissional crítico. (CFESS, 2024)

Para o Conjunto CFESS-CRESS, a leitura sobre o ato de comunicar e o exercício profissional precisa estar atento aos perigos da informação privada dos meios de comunicação que banalizam as violências vivenciadas pela população brasileira. O ato de comunicar está atrelado aos desafios da profissão e tem como seguinte questão para análise:

A palavra “comunicar” significa “tornar comum, fazer saber”. Entendemos que todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar. Por isso, a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido

---

<sup>2</sup> “Sankofa” é um ideograma africano representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou também pela forma de duas voltas justapostas, espelhadas, lembrando um coração. A etimologia da palavra, em ganês, inclui os termos san (voltar, retornar), ko (ir) e fa (olhar, buscar e pegar).

por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população. (CFESS, 2024, p.11)

O contexto midiático de criminalização da pobreza e das pessoas pobres traz consigo prejuízos concretos na vida da população brasileira. A construção da narrativa meritocrática e a desinformação estabelecem um modelo de certos e errados que geram como consequência a desumanidade. Se percebe isso dia após dia em todos os espaços vividos e no constante aumento do fascismo. Comprometer com a democratização das comunicações é ampliar vozes como as nossas vozes, tornando os espaços de construção, espaços de trocas e ensinamentos. (CFESS MANIFESTA, 2022)

O compromisso das entidades representativas passa por subsidiar trabalho e a formação da categoria profissional, neste tempo de modulação de comportamentos nas redes e ampliação da vigilância, tem exigido profundas reflexões e a construção de estratégias que incidam no cotidiano das lutas travadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, sexuais e geracionais. (CFESS MANIFESTA, 2022)

Por essa leitura o trabalho de assistentes sociais é tão importante, porque o ato de se comunicar faz parte da prática profissional e da vida humana e é da linguagem que a profissão, em especial pelos espaços sócio ocupacionais onde atua, pode ser percebida pela população como necessária para o Brasil, justamente por seu reconhecimento como classe trabalhadora.

Comunicar e apresentar a partir do diálogo com a população as tensões do projeto de morte exercido pelo capitalismo em sua cotidianidade é necessário. Nessa perspectiva se fundamenta a preocupação das entidades representativas por estabelecer laços entre a realidade social e a atuação a partir dos diversos instrumentos comunicativos do trabalho que tem como cenário segundo Duriguetto e Pereira (2021) diversos desafios, sendo importante a construção de ações concretas com o intuito de posicionar-se frente às demandas da população.

Essas iniciativas podem tensionar o apoliticismo e o acriticismo da minimização e dos focalismos e seletivismos dos serviços, recursos e benefícios ofertados pela política nas diferentes realidades nacionais em que são desenvolvidas. Politizar a política pelo fomento e indução de desenvolvimento de mobilizações e organizações coletivas dos sujeitos que a ela recorrem nos parece um dos caminhos profícuos para tensionar e resistir às regressões das nossas competências e atribuições profissionais [...] (DURIGUETTO, PEREIRA, 2021, p.120)

A compreensão da totalidade dos princípios do Código de Ética e as competências profissionais que regulamentam o exercício profissional das/os Assistentes Sociais tem como propósito exercer práticas que se promovem a partir do fazer comunicativo. Como exemplo, a Resolução CFESS nº 273 apresenta como princípio a “defesa do aprofundamento da democracia,

enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Como atuar nesta perspectiva sem compreender a linguagem enquanto instrumento de trabalho? Sem vincular o cotidiano ao projeto ideopolítico profissional? Sem compreender as relações postas e os antagonismos? (CFESS, 2024)

Essas perguntas apresentadas na 4ª Edição da PNC estão também postas a partir da Lei Federal nº 8662/93 que apresenta o ato de comunicar no contexto de “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população” bem como ao “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais” no sentido de “identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Essas práticas comunicativas são congruentes com a linguagem e o fazer profissional cotidiano. (BRASIL, 1993)

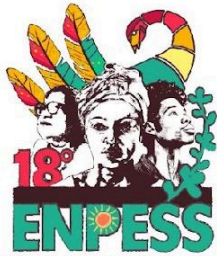
Estar em atenção ao movimento que pretende democratizar a Comunicação, isto é, garantir uma política de comunicação de massas de interesse público e ao mesmo tempo, construir estratégias comunicativas em todos os aspectos que possibilitem a articulação entre informação e construção de conhecimento é parte da luta também promovida pelas entidades representativas do Serviço Social, mas precisa estar enraizada no trabalho profissional.

A construção dessa comunicação contra-hegemônica ao projeto privado instituído no país não pode ser enfrentado isoladamente no cotidiano profissional ao desfazer uma ou outra mentira sobre transferência de renda ou orientar algum encaminhamento entre dezenas de pessoas por semana enquanto grandes grupos da comunicação comunicam o inverso em larga escala, atingindo milhões de pessoas todos os dias.

### **A democratização da comunicação e o trabalho de assistentes sociais: tensionamentos necessários.**

A partir da compreensão de que o Serviço Social brasileiro por intermédio de suas entidades representativas se compromete com o diálogo sobre a democratização da comunicação no país, enraizar as compreensões sobre comunicação de massa, comunicação enquanto ato e instrumento do trabalho profissional tem sido um enorme desafio visto a realidade dos espaços sócio ocupacionais e as condições reais frente a relação capital trabalho.

No que se refere a conjuntura do trabalho, em especial, nas políticas públicas, o mesmo Estado que é espaço majoritário da atuação profissional é também aquele que no universo do tempo além de não ter se comprometido com a implementação de uma política nacional de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

comunicação, deixou a revelia do mercado a sua condução política e serve de base para a reprodução social. É nessa perspectiva que cabe um entendimento crítico sobre o lugar do Estado ao identificar a partir da “regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo as políticas sociais uma determinação central”, mas a comunicação, enquanto um direito constitucional deveria ser parte dessa regulação, porém não é! (BOSCHETTI, 2017, p. 23).

Diante do movimento de construção e contínua organização das políticas públicas vinculadas aos direitos sociais o Estado por ter a responsabilidade da regulação econômica e social por meio da sua execução, embora muitas sejam tardiamente implementadas no Brasil não se propôs a romper com a lógica capitalista que caracteriza a sociedade atual, “e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais.” O que se avançou no contexto dos direitos vinculados à seguridade social ampliada<sup>3</sup> também permeia o retrocesso da Comunicação na não regulação pública e sua constituição como um direito na sociedade. (BOSCHETTI, 2017, p. 24).

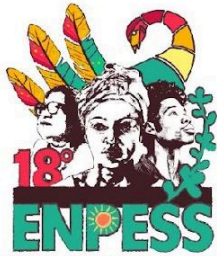
É neste movimento entre a compreensão crítica do lugar do Estado e o papel do trabalho profissional de assistentes sociais precisa a partir da explicitação das tensões desmascarar qual o projeto hegemônico da comunicação empresarial e como estes interesses aceleram a consolidação do Estado mínimo a partir da desinformação e das notícias falsas. Como potencializam o individualismo, a meritocracia e o descrédito sobre as ciências. Assistentes sociais precisam estar em atenção, de acordo com Iasi (2019) esta conjuntura atravessa a profissão a partir de dois momentos:

Acreditamos que estamos diante de dois momentos, ambos reais e efetivos, da manifestação do senso comum. O primeiro que expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização, o segundo que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes. (IASI, 2019, p.428)

O formato de comunicação que a classe trabalhadora historicamente utilizou para a denúncia pública das mazelas do capital tem sido silenciado através dos meios comunicativos de massa, mas não se pode parar de reivindicar direitos e articular as lutas sociais. O Serviço Social, cada vez mais se utiliza de estratégias comunicacionais (entre redes digitais e na promoção de espaços coletivos) para dialogar com as bases da profissão sobre os posicionamentos políticos e as frentes de defesa dos direitos sociais.

---

<sup>3</sup> O que este texto considera como Seguridade Social Ampliada é a compreensão de seguranças sociais mínimas para a reprodução social, sendo além do tripé constitucional, somando essencialmente os direitos previstos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O espaço da atuação profissional é rico porque por permitir dialogar com a classe trabalhadora atendida debates sobre as contrarreformas e destituição de direitos, como a mídia hegemônica é ferramenta estratégica do grande capital entre outros temas. Tensionar é fortalecer o ato de comunicar e podem se somar meios alternativos como a articulação com rádios comunitárias ou pelas redes virtuais. Este entrelace pode ser um elemento estratégico na perspectiva de subverter a ordem das relações capitalistas que criminalizam e invisibilizam a realidade social trazendo a leitura crítica do Serviço Social aos meios alternativos e populares.

Ao trabalho profissional, caso venha a acompanhar o projeto profissional crítico poderá reafirmar a importância da participação popular, dos processos democráticos no fomento de uma comunicação contra hegemônica que informe e tenha como base a construção e valorização do conhecimento para além do atendimento individual, atingindo cada vez mais pessoas.

A partir da leitura de Paula (2021) sobre o entrelace entre os projetos coletivos (de sociedade e profissional) e a atuação profissão cotidiana é necessário que este espiral perceba o potencial comunicativo pulsante envolto na explicitação das tensões e por apresentar a realidade social a partir do campo do trabalho de assistentes sociais. A atuação profissional pode favorecer a compreensão de que o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais e que no campo coletivo, enquanto assistentes sociais e enquanto projeto societário essas tensões tendem a fortalecer uma outra leitura de sociedade. É nessa perspectiva que a atuação profissional precisa estar atenta ao que se constitui como projeto profissional e projeto societário sendo:

Os projetos societários distintos É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2021, p.26)

A práxis, como ação concreta, parte do conhecimento voltada às relações sociais, nas reflexões políticas, econômicas e morais como apresenta lamamoto (2021) são significativas no que se refere ao trabalho do Serviço Social pelo seu valor e reconhecimento público, sustentado por uma identidade profissional que há décadas sustenta um projeto ético político crítico e que se articula a partir de compreensões de mundo dotada de um objeto real. Defender esse projeto frente a ampliação da desinformação e das notícias falsas é mais do que necessário, é sim urgente. Porque os efeitos do modelo privado de comunicação também afeta a leitura política das e dos assistentes sociais.

O trabalho profissional pode politizar, em sua construção coletiva, os horizontes de quem é atendido e permeiar toda vivência do território onde estão atuando assistentes sociais. É a partir

da organização comunitária, do trabalho de grupos e da busca ativa nos diversos serviços e equipamentos públicos que de acordo com Figueiredo (2011) a mobilização social serve como estratégia para explicitar tensões, pois “desenvolver um trabalho que considere estes elementos enquanto recurso” não apenas serão possibilidades ideais, mas no campo real, tendem a “viabilizar a informação como um direito inalienável e a democracia como um valor” (2011, p. 342).

Para defender a Democracia, cabe aos assistentes sociais desmistificar as covardes afirmações anunciadas pelas elites a partir dos seus instrumentos comunicativos, que procuram limitar o horizonte exposto. É tarefa dessa profissão é de instituir reflexões sobre a participação política para além dos limites burocráticos. A participação política é uma conquista histórica, da classe que trabalha. Esse viés comunicativo precisa estar constituído nos espaços coletivos e por sua vez se torna parte do movimento contundente disposto no processo de democratização.

O trabalho de assistentes sociais, o projeto profissional crítico e a perspectiva de construção de um projeto de sociedade não devem seguir em momentos distantes e distintos. De acordo com Paula (2021) é necessária a aproximação dessa construção que dá sentido ao movimento contínuo do Serviço Social brasileiro entre suas estratégias e táticas para optar por uma outra leitura social, econômica e de mundo. Por sua vez, essa outra leitura, contra hegemônica à ordem capitalista, precisa de uma outra Comunicação que se aproxime das bases de uma história e trajetória construída pela classe que trabalha em detrimento das mazelas ocasionadas pela classe que explora, expropria e massacra. As elites tem seus aparelhos de comunicação uma leitura de mundo irreal e hipócrita que persegue negros, pobres, mulheres e condena a biodiversidade e a diversidade humana.

### **Considerações finais**

No tempo presente, não é possível estar em silêncio a partir da realidade social que desvela a face atual do capitalismo que tão cruelmente tem se sustentado a partir do massacre e da destruição da natureza e na exaustão da classe trabalhadora em seu dia a dia. Assentamentos e acampamentos rurais, como exemplo, a luta pela reforma agrária tem sido alvo de ataques orquestrados via comunicação de massa que analisa a luta do povo como um mero ato criminoso e não realmente como ela, um ato de coragem frente ao estrangulamento da vida social e da economia dos ricos.

O mesmo acontece com a população nas favelas que sofrem pela invasão policial em seus territórios, sem qualquer sustentação judicial. Construir frentes contra hegemônicas que apresentem de forma pública essa perspectiva é possível. É necessário nesse processo, em paralelo, valorizar e contribuir com as mídias e redes alternativas que apresentam conteúdo crítico e comprometido com a defesa da democracia, porque é sobre esse processo de democratização que assistentes sociais podem contribuir na explicitação das tensões e no fortalecimento das conquistas do povo, mesmo que ainda na sociabilidade do capital.

É importante, a partir da compreensão que para assistentes sociais a comunicação se trata no âmbito da totalidade como ato de comunicar, instrumento prático político e como viabilidade estratégica que sustenta as bases do projeto profissional crítico. E por essa totalidade que permeia o trabalho profissional na seguinte afirmação:

“Não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas ‘comunidades’”. (IAMAMOTO, 2021, p.37)

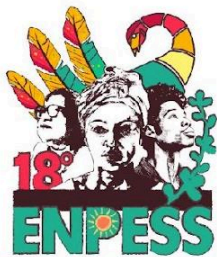
Como apresenta Iasi (2019) a realidade precisa ser encarada no cenário de que apesar dos problemas reais enfrentados no cotidiano da classe que entendemos ser nossa, não há outro caminho para tal enfrentamento que não seja a luta. A responsabilidade de “resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora,” precisa ser constituída no movimento do “árido caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia” que para enfrentar a ordem capitalista e contribuir para a sua superação, precisamos de um projeto que se sustente no horizonte emancipatório. (IASI, 2019, p.436)

É para isso, que os elementos apresentados neste texto, que não se esgotam até então, mas se propõe ampliar o diálogo sobre a comunicação como ato, instrumento e resistência ao projeto de morte que na sua atualidade traz a desinformação e as notícias falsas como sustentação política do capitalismo na sociedade. Essa leitura sobre a comunicação e o trabalho de assistentes sociais fomentam o enfrentamento do projeto das elites a partir de uma leitura crítica, que nos permita nos posicionar frente a tais contradições e antagonismos como nos propomos enquanto profissão no Brasil.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS. Política de Comunicação ABEPSS, Brasília DF, 2022.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 de junho de 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 22 de junho de 2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS. Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica. Brasília, 2024. Disponível: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2083> Acesso em: 17 de junho de 2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS Manifesta: nossa comunicação é política. 2022. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-6SemComunica-site.pdf>. Acesso: 17 de junho de 2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS\\_SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS_SITE.pdf). Acesso: 17 de junho de 2024

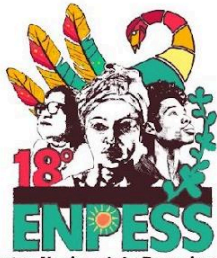
DURIGUETTO. M.L. , PEREIRA. V.S. Política de Assistência Social e o (ainda) desafio do trabalho profissional dos assistentes sociais nos processos de mobilização e organização popular. O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social : questões, tensões e perspectivas / Fernando Santana de Paiva, Maria Lúcia Duriguetto (organizadores.) – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021

ESPÍNDOLA, N.R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R..(Org.). Mídia, questão social e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, K. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (org.) Mídia, questão social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

GÖRGEN, J. Sistema central de mídia: conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (org.). Comunicação pública e política: pesquisas e práticas. Florianópolis: Editora Insular, 2017. p. 483-508.

IAMAMOTO, M. V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora”. In: CFESS, Diálogos do Cotidiano – Reflexões sobre o trabalho profissional – caderno 1. Brasília: 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. pp. 105-165. (Coleção A Outra Margem).

PAULA, L. G. P. Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social. 2ª Edição, Curitiba: Editora CRV: 2021